

A pressa de negociar a dívida

A nota do Ministério da Fazenda sobre a negociação da dívida externa tem algo de trágico, pois reconhece que o Brasil saiu perdendo, com a moratória decretada, no ano passado, pelo ministro Dílson Funaro. Havia duas saídas para o Brasil: manter uma atitude firme, correndo o risco de uma total asfixia cambial, ou reconhecer sua fraqueza perante os credores, mostrando-se, porém, cordato, com a esperança de despertar a boa vontade destes. O governo brasileiro decidiu optar pela segunda saída. Dentro de algumas semanas, saber-se-á se foi a melhor.

Ontem, nosso governo desembolsou 350 milhões de dólares, correspondentes a 37,6% dos juros vencidos em janeiro. Esse desembolso não foi acompanhado de um empréstimo-ponte, que cobrisse o total dos juros devidos. Foi apenas um gesto de boa vontade, destinado a mostrar que o País está disposto a cumprir seus compromissos, desde que obtenha uma compensação da parte dos bancos credores. Esse ato não representa, legalmente, a suspensão da moratória, pois o governo brasileiro não está conseguindo, com as pequenas reservas de que dispõe, honrar a totalidade de seus

compromissos, mas é a quantia que pode oferecer enquanto se busca a solução definitiva. Convém lembrar que, desde o dia 31 de dezembro, o Brasil pagou, lançando mão de suas reservas, 1.896 milhões de dólares aos bancos credores. Com isso, as reservas caíram para menos de dois bilhões de dólares. Os bancos talvez considerem que receberam pouco, mas têm de reconhecer que o Brasil fez o máximo que poderia fazer.

Mesmo assim, os juros correspondentes ao período que medeia entre 20 de fevereiro e 30 de setembro de 1987 ainda não foram pagos, pois seu pagamento se acha condicionado ao acordo definitivo entre as duas partes. As negociações com vistas a esse acordo, ao serem reatadas pelo presidente do Banco Central, sr. Fernando Milliet, e pelo Comitê de Assessoramento dos Bancos Credores, esbarraram num sério obstáculo: os banqueiros internacionais, tendo entendido que o Brasil se comprometera a pagar normalmente os juros a partir de janeiro (interpretação totalmente confundida pelo ex-negociador Fernão Bracher), condicionaram a esse pagamento o prosseguimento das negociações. O sr. Fernando Mi-
liet

procurou encontrar uma solução temporária, mas foi logo compelido a desistir, devido ao vultoso custo de tal operação, que envolveria juros elevadíssimos, muito superiores aos do acordo definitivo. O Brasil decidiu abandonar esse caminho e limitou-se a dar a contribuição que sempre prometeu no âmbito do acordo. Deste modo, a moratória ainda subsiste, embora seja apenas parcial.

Ao governo brasileiro cabe agora esperar a reação dos bancos credores: ou estes concordam em discutir o acordo (que, a nosso ver, dificilmente se estenderá além de 1988), ou nossos negociadores ficarão num beco sem saída. Naturalmente, espera-se que os bancos reajam favoravelmente à demonstração de boa vontade do Brasil. Aliás, o Brasil não se limita a pagar parte dos juros devidos: nosso governo comunicou oficialmente que irá iniciar conversações com o FMI. Não se deve esperar, porém, que estas terminem antes do segundo semestre, quando o quadro político a ser definido pela Assembléia Nacional Constituinte será mais claro e se poderá verificar se a política de austeridade anun-

ciada pelo presidente Sarney, foi ou não executada.

Não se pode deixar de lamentar esse jogo de braço-de-ferro que os bancos estão fazendo com o Brasil. Sob a pressão dos Estados Unidos, a Argentina goza de um regime de favor e recebe recursos do FMI, com o qual não cumpre os compromissos assumidos. Tem-se a impressão de que os banqueiros querem castigar o Brasil por ter decretado a moratória, que já lhe tem custado muito caro, e por ter aplaudido o Acordo de Acapulco, que nenhum dos signatários está respeitando. Os bancos credores, os governos de seus países, os organismos internacionais e os membros do Clube de Paris precisam tomar consciência da gravidade da situação em que se encontra o Brasil e das consequências dramáticas que essa situação poderá acarretar neste momento político tão difícil. O Brasil acaba de fazer o máximo que podia fazer e, talvez, mais do que o máximo, como se vê pelo estado a que ficaram reduzidas suas reservas cambiais. Se a resposta dos credores não for positiva, a situação poderá tornar-se candente e levar a uma crise que certamente não será benéfica para a causa do Ocidente.